



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9 - PRES/DG/SGP/COTEP

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, I a III, da Lei no 10.520/2002 e art. 9º, I, III, V e § 2º do Decreto 5.450/05. Considerando a Resolução TSE n. 23.323/2010, alterada pela Resolução TSE n. 23.534/2017; Resolução ANAC n. 400, de 13.12.2016, e Instrução Normativa n. 3, de 11 de fevereiro de 2017, oriunda do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas a este Tribunal.

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do TRE-RO, nas quantidades abaixo:

Objeto	Medida	Quantidade	DESCONTO MÍNIMO (% com duas casas decimais)
Fornecimento de passagens aéreas	Unidade	220	10,86%

2.2 O serviço se dará por meio de atendimento remoto (*web*, *e-mail* e telefone).

2.3 A quantidade é estimada, não obrigando a administração à aquisição do total informado.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O serviço de fornecimento de passagens aéreas é de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral, treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos.

3.2. Registre-se que a efetivação dos deslocamentos necessários às atividades do TRE-RO não se dá unicamente com a aquisição do bilhete aéreo. Trata-se, efetivamente, da prestação de um serviço que compreende a cotação, reserva, remarcação, cancelamento e outros serviços correlatos.

3.3. Da mesma forma, a suspensão do fornecimento de serviço de cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas no TRE-RO inviabilizaria o cumprimento de sua missão institucional. Ao contrário da justiça comum, a atividade fim da justiça eleitoral não se encerra na prestação jurisdicional, somando-se a essa o planejamento, a execução e a avaliação dos pleitos eleitorais, cuja complexidade demanda constantes deslocamentos de magistrados e servidores ao TSE e a outros regionais para reuniões preparatórias, participação em grupos de trabalho, desenvolvimento de tecnologias, definição de estratégias, capacitação e elaboração de logística, por exemplo. Indubitavelmente, esse serviço reveste-se de natureza contínua na justiça eleitoral, haja vista o papel centralizador do Tribunal Superior Eleitoral, tanto na gestão orçamentária quanto na organização dos pleitos, o que demanda um intercâmbio ininterrupto com os regionais e sua descontinuidade teria o poder de inviabilizar a realização das eleições.

3.4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.4.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais e futuras relacionadas ao serviço, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

3.4.2. Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2019, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

3.4.3. Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

3.4.4. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.4.5. CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. O julgamento das propostas será pelo maior desconto ofertado a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra, excluída a taxa de embarque.

4.2. Deverá ser observada, em quaisquer hipóteses, a exequibilidade das propostas, nos termos do artigo 44, § 3º, e artigo 48, II, da Lei 8.666/93.

5. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. Para a efetivação do objeto, será lavrado instrumento contratual, no qual constarão as condições do ajuste, observados este Termo de Referência, sua vinculação ao Edital do certame e a proposta da contratada.

5.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 12/05/2019.

6. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

6.1. Considerando os valores do atual contrato, o desconto mínimo previsto, possíveis aumentos nas tarifas, a disponibilidade orçamentária para 2019, correições, capacitações, reuniões de trabalho e outras previstas para execução das atividades do Tribunal, estima-se o consumo de R\$ 286.401,00 (duzentos e oitenta e seis mil quatrocentos e um reais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

UNIDADE	QTDE	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	DESCONTO MÍNIMO (% com duas casas decimais)	Valor líquido estimado R\$
Unidade	220	321.293,47	10,86%	286.401,00

6.2. Por tratar-se de mera estimativa de gastos, o valor acima não constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro de contratação, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TRE/RO, sem que isso justifique qualquer indenização ao CONTRATADO.

7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

7.1. A aquisição de passagens aéreas especificada no presente Termo de Referência está prevista no planejamento orçamentário do tribunal para o exercício de 2019, devendo a aquisição pleiteada ser custeada pelo orçamento ordinário conforme quadro abaixo:

Descrição	Plano Interno	Valor(R\$)
Passagens aéreas e terrestres aos servidores para reuniões, cursos, comissões, viagens aos cartórios.	AOSA PASSAG	220.000,00
Passagens aéreas e terrestres aos membros para encontros, reuniões, avaliações e outros.	AOSA PASMEN	20.000,00
Passagens aéreas para os servidores na realização de cursos.	ERO TREINA	25.686,00
Passagens aéreas para os servidores na realização de cursos.	ERO TREJE	5.715,00
TOTAL		286.401,00

8. FATURAMENTO

8.1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem aérea (inclusive bagagem despachada, quando houver), menos o percentual de desconto contratado, mais a taxa de embarque.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2. Os valores cobrados pelas companhias aéreas para reembolso, reemissão, e cancelamento de viagens serão repassados nas faturas mensais.

8.3. As faturas deverão ser tabuladas por centro de custo, nacional e internacional, por data de emissão, discriminando:

8.3.1. Número da requisição;

8.3.2. Nome do passageiro;

8.3.3. Companhia aérea;

8.3.4. Número do bilhete;

8.3.5. Valor da tarifa;

8.3.6. Bagagem despachada;

8.3.7. Desconto aplicado; e

8.3.8. Taxas aeroportuárias.

8.4. Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços.

8.5. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da fatura ao CONTRATANTE.

8.6. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas para pagamento no 1º dia útil de cada mês.

8.7. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.

9. VALOR DA TARIFA

9.1. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2. Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências para esse fim.

9.3. O valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens, deverá ser comprovado mediante transcrição da tela do sistema de marcação.

9.4. Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens constantes das faturas, para fins de comprovação, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

9.5. Quando for verificado pelo gestor do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante do solicitado, a diferença respectiva deverá ser ressarcida à CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.

9.6. O CONTRATADO repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

10. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO – HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada em Edital.

10.2. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

10.3. Poderão participar do certame as agências de turismo Consolidadoras e Consolidadas, assim entendidas:

10.3.1. **CONSOLIDADORAS:** aquelas credenciadas pelas companhias aéreas e autorizadas, mediante Contrato de Fornecimento, a emitirem bilhetes de passagens aéreas e outras agências de turismo, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

10.3.2. **CONSOLIDADAS:** Aquelas autorizadas a receberem, mediante Contrato de Fornecimento, bilhetes de passagens aéreas das consolidadoras, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

10.4. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.4.1. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando quaisquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1.

10.4.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por órgão ou entidade da administração pública ou por empresas privadas que comprovem que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, os serviços compatíveis com o objeto da licitação.

10.4.3. Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22 da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, e ao artigo 18 do Decreto n. 7.381/2010.

10.4.4. Tratando-se de agência de viagem consolidada, cópia do contrato assinado com a agência de viagem consolidadora (Acórdão TCU 112/07 – Plenário).

10.4.5. Declaração do próprio licitante, sob as penas da lei, de que está autorizado a emitir e comercializar passagens/bilhetes, no mínimo, das companhias **GOL, TAM, AVIANCA, AZUL e RIMA**, esta última em razão da eventual necessidade de deslocamento de servidores na região amazônica.

10.4.6. Declaração do próprio licitante com a **descrição da estrutura de serviços**, que indique condições de operacionalidade, funcionamento e cumprimento da contratação a ser firmada.

10.4.7. Ato de registro perante a *International Air Transport Association (IATA)*.

10.4.8. Na hipótese de a licitante não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar registro da consolidadora ou declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.1. Promover, mediante solicitação e no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da solicitação, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE.

11.2. Findo o contrato, se existente crédito em favor do contratante que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional através de Guia de Recolhimento da União – GRU.

11.3. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo acima estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, será glosado em fatura a ser liquidada.

11.4. Multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada, poderá ser deduzida do valor do bilhete a ser reembolsado.

11.5. Observar as normas a que está sujeita a atividade de agenciamento de viagens, especialmente quanto ao fornecimento de passagens aéreas.

11.6. Pagar às companhias aéreas, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os bilhetes emitidos, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

11.7. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE/RO, no horário de 7h às 19h, considerando-se o fuso horário de Rondônia.

11.8. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato.

11.9. Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.

11.10. Enviar, no prazo máximo de duas horas, a contar da solicitação (telefônica ou por e-mail), cotação eletrônica à Seção de Diárias e Passagens - SEDIP, onde constem todas as tarifas disponíveis para o trecho e na data pretendidos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.11. Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno, no prazo máximo de quatro horas, a contar da solicitação, que conterá o valor das tarifas escolhidas preferencialmente segundo os critérios de menor preço/voos diretos.

11.12. Descumprido o prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pelo CONTRATANTE.

11.13. Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque.

11.14. Reservar assentos em aeronaves de companhias aéreas que disponibilizarem esse serviço, sempre que possível na forma requerida, bem como orientar o TRE-RO quanto ao melhor roteiro, horário, frequência de voos e tarifas promocionais.

11.15. Fornecer, quando solicitado pelo TRE-RO, documento expedido pela companhia aérea que ateste a efetiva utilização do bilhete de passagem, relacionando o nome do usuário, o número do voo, o local, a data e a hora do embarque.

11.16. Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação do CONTRATANTE.

11.17. Os bilhetes de passagens que não forem utilizados em decorrência de mudança de plano ou cancelamento das viagens autorizadas pelos gestores deste CONTRATO, emitidos, e pagos, serão reembolsados pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do e-mail de solicitação.

11.18. Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação do CONTRATANTE.

11.18.1. Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.18.2. Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor do TRE-RO, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

11.18.3. Quando a alteração se der para atender a necessidade do passageiro, este deverá arcar com os custos, não devendo ser emitida cobrança ao CONTRATANTE.

11.19. Assegurar o fornecimento do(s) menor(es) preço(s) em vigor, praticado(s) por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para o TRE/RO.

11.20. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

11.21. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRE/RO, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

11.22. Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto deste Edital.

11.23. Observar as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE.

11.24. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

11.25. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

11.26. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

11.27. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

11.28. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, do TRE/RO.

11.29. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

11.30. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.

11.31. Manter atualizados seu endereço, telefones, e-mails e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

11.32. Responsabilizar-se pelo fornecimento de passagens requisitadas por pessoas não credenciadas pelo TRE/RO para este fim.

11.33. Enviar na data de assinatura do contrato relação atualizada de empresas aéreas afiliadas e nome dos seus contatos com as quais mantenham ajuste, informando, imediatamente, as inclusões, alterações e as exclusões que ocorrerem durante a vigência do contrato.

11.34. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

11.35. Disponibilizar sistema de reserva *online*, dentre os disponíveis no mercado, com funções de controle operacional, financeiro e gerencial, de forma a auxiliar na fiscalização e execução do contrato.

11.36. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do CONTRATADO.

12.2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.

12.2.1. Serão recusados os serviços prestados em desacordo com este Termo de Referência, com o Edital do certame, com o contrato, com a proposta da contratada e/ou com os termos da requisição, sujeitando a contratada às sanções previstas.

12.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Contrato, bem como será efetuado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE/RO, sendo efetuadas as retenções legais.

a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.4. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

13. SANÇÕES

13.1. Se a licitante vencedora descumprir as condições do PREGÃO ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

13.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto 5.450/2005, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

13.2.1. Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos deste edital;

13.2.2. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

13.2.3. Apresentar documentação falsa;

13.2.4. Não mantiver a proposta;

13.2.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.2.6. Fizer declaração falsa; e

13.2.7. Cometer fraude fiscal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.3. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa nas seguintes condições:

13.3.1. 10% (dez por cento) a cada hora de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 11.10 e 11.11, calculada sobre o valor médio da cotação solicitada, ou sobre o valor total do bilhete não entregue, até no máximo de 60% (sessenta por cento); e

13.3.2. 100% (cem por cento) calculada sobre o valor total dos bilhetes solicitados e não entregues.

13.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

13.4.1. Advertência;

13.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

13.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

13.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14. RESPONSÁVEL PELO PROJETO E GESTOR DO CONTRATO

14.1. Secretaria de Gestão de Pessoas.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Coordenadoria Técnica e de Pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em 18 de janeiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **RUBEM PINTO DE MELO, Coordenador(a)**, em 21/01/2019, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003286-94.2018.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 002/2019** – Contratação de prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas.

PARECER JURÍDICO Nº 0395864 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, objetivando a contratação da prestação de serviço de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefones fixo e móvel, com custo de ligação local ou gratuita a partir da cidade de Porto Velho/RO), nos moldes do Termo de Referência n. 202 ([0375680](#)).

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2019 e seus anexos ([0388148](#)) o qual logrou aprovação desta unidade no Parecer Jurídico AJDG nº [0389152](#).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do **Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2019** foram juntados nos eventos [0389567](#) e [0390357](#).

04. Houve apenas 01 (um) pedido de esclarecimento sobre o objeto do certame ([0390359](#)), o qual foi respondido por e-mail e devidamente publicado no Comprasnet e no site do TRE-RO ([0393498](#)). E não houve impugnação ao Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a) Relatório de propostas – comprasnet ([0393499](#)),
- b) Propostas das licitantes SX Corp ([0393566](#)) e V&P Viagens ([0394232](#));
- c) documentos de habilitação das referidas empresas ([0393568](#), [0393569](#), [0393570](#), [0394233](#), [0394234](#) e [0394235](#));
- d) manifestações da unidade demandante sobre as propostas ([0393959](#) e [0394482](#));
- e) Ata do Pregão Eletrônico 002/2019 ([0394518](#));
- f) Relatório de resultado por fornecedor ([0394519](#));
- g) Termo de Adjudicação ([0394520](#));
- h) Resultado de Licitação SLC ([0394950](#)).

06. Por fim, em seu relatório ([0394521](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição

07. Conforme informado no Termo de Adjudicação e no resultado de licitação, após cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o pregoeiro declarou vencedora a licitante V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA, CNPJ n. 21.993.683/0001-03, para o item 01 pelo valor total de R\$ 286.400,99 (duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos reais e noventa e nove centavos)

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 17 do Decreto Federal nº 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 4º do Decreto Federal nº 5.450/05.

10. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 2º, do Decreto Federal nº 5.450/05.

11. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

I – Divulgação: O Edital deste Pregão n. 002/2019, evento [0389560](#), teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União, no Diário da Justiça Eleitoral e no Jornal “A Gazeta de Rondônia”. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. O extrato do aviso da licitação foi afixado no quadro de avisos localizado no átrio do edifício sede deste TRE/RO. Todas as publicações supramencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento n. [0390357](#).

II – Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Houve 1 (um) pedidos de esclarecimento referentes ao objeto deste certame ([0390359](#)). Não houve pedido de esclarecimento sobre o preço estimado. Não houve impugnação ao Edital.

III- Classificação/desclassificação de Propostas: Nesta fase, não houve desclassificação de propostas pelo Pregoeiro.

IV – Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet ([0393499](#)) e todos os lances do certame na Ata do Pregão ([0394518](#)). Não houve recusa de lances.

V – Aceitação/negociação: O pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. Na negociação e aceitação foram registradas as seguintes ocorrências:

- As empresas SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI e V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA ofertaram desconto de 10,86% do valor estimado. As propostas foram aceitas pelo pregoeiro.

VI – Fase de Habilitação: a licitante V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA. CNPJ: 21.993.683/0001-03, atendeu aos requisitos habilitatórios, consoante documentações acostadas ao feito e foi habilitada.

Nessa fase a unidade demandante, representada pelo servidor RUBEM PINTO DE MELO, analisou os documentos de qualificação técnica do licitante V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entendendo na oportunidade que a documentação atende às exigências do edital ([0389560](#)).

VII – Recursos: Não houve registro de intenção de recurso.

VIII – Adjudicação: Diante da regularidade da proposta e do cumprimento das exigências habilitatórias, o Pregoeiro declarou a licitante supracitada, vencedora do certame e, ante a inexistência de recursos, procedeu-se à ADJUDICAÇÃO do item, conforme TERMO DE ADJUDICAÇÃO ([0394520](#)).

IX – Publicação do Resultado de julgamento: após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para adoção das providências de praxe, inclusive a juntada aos autos dos comprovantes de publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral.

10. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato alcançado na fase de negociação, considerando o desconto mínimo inicialmente estimado de **10,31%** para o desconto obtido no melhor lance válido ofertado pela licitante vencedora no percentual de **10,86%**.

11. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

12. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna Pregão Eletrônico nº 002/2019 legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

13. Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame** pela autoridade competente, **nos exatos contornos do Termo de Adjudicação juntado** ([0394520](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

Sob vênica, é o parecer.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 01/03/2019, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001321-18.2017.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: **Pregão Eletrônico nº 002/2019** – Contratação de prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas.

DESPACHO Nº 898 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, objetivando a contratação da prestação de serviço de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefones fixo e móvel, com custo de ligação local ou gratuita a partir da cidade de Porto Velho/RO), nos moldes do Termo de Referência n. 9 ([0385193](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico n. 02/2019 ([0389560](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0394518](#)); o Resultado por Fornecedor ([0394519](#)); Relatório do Pregoeiro ([0394521](#)) relatando as principais ocorrências do certame; Resultado de Licitação ([0394950](#)) e a comprovação da publicação do resultado ([0395491](#)).

Constam nos autos um pedido de esclarecimento sobre o objeto, o qual foi devidamente respondido por e-mail, conforme evento ([0390359](#)). Não houve pedido de esclarecimento sobre o preço estimado, nem impugnação ao Edital. Também não houve registro de intenção de recurso.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora a licitante V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA, CNPJ 21.993.683/0001-03. Não havendo recursos, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora. Valor total do certame R\$ 286.400,99 (duzentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais e noventa e nove centavos).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02.

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e Decreto n. 5.450/2005, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0394518](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pela Portaria GP n. 66/2018, esta Diretoria-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 02/2019**, consoante Termo de Adjudicação ([0394520](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet e juntado o extrato de homologação nos presentes autos, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 07/03/2019, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CONTRATO Nº 02/2019

CONTRATO TRE-RO N. 02/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0003286-94.2018.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 02/2019

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA V & P SERVIÇOS DE
VIAGENS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE
VIAGENS PARA FORNECIMENTO DE**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PASSAGENS AÉREAS,
COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE
COTAÇÃO, RESERVAS, MARCAÇÃO,
REMARCAÇÃO, EMISSÃO,
CANCELAMENTO, PARA TRECHOS
NACIONAIS E INTERNACIONAIS.**

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 21.993.693/0001-03, estabelecida na SHN, Quadra 02 - Bloco A - Loja 304 – Galeria do Manhattan - Asa Norte, CEP: 70.702-010, Brasília - Distrito Federal, Telefone(s): (61) 3034-2870/3033-6083/98165-6377, E-mail(s): vepviagens@gmail.com/vepviagens.financeiro@gmail.com/valente_tam@hotmail.com, neste ato representada pelo Senhor **ALEXANDRE MENDONÇA VALENTE GONÇALVES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n. 1206.8881-64 – SSP/BA, e CPF sob n. 704.710.371-68, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, com o disposto nas Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, na Lei 10.406/2002 (Código Civil), além da Lei 10.520/2002, dos Decretos 5.450/2005 e 3555/2000, da Resolução TSE 23.534/2017, da Resolução ANAC 400/2016, e da Instrução Normativa 5/2017/MP e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, e consoante Ato de Autorização da Licitação constante na Despacho nº 375/2019 - PRES/DG/GABDG, de 28/01/2019, e Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante no Despacho n. 898/2019 - PRES/DG/GABDG, de 07/03/2019, têm entre si, justo e acordado, o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto deste Contrato é a prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do TRE-RO, nas quantidades abaixo:

Objeto	Medida	Quantidade estimada
Fornecimento de passagens aéreas	Unidade	220

Subcláusula Primeira – A quantidade acima é estimada, não obrigando a administração à aquisição do total informado, ocorrendo a requisição conforme necessidade do TRE-RO.

Subcláusula Segunda – A prestação dos serviços dar-se-á mediante atendimento remoto (*web, e-mail* e telefone).

Subcláusula Terceira – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, incluindo o Termo de Referência, bem como a Proposta da CONTRATADA.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, *caput* e seu §3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 12/05/2019, não podendo ser prorrogado.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 286.400,99** (duzentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais e noventa e nove centavos), correspondente ao desconto de 10,86% de sobre o valor inicialmente estimado pelo contratante, considerando o melhor lance ofertado pela contratada na licitação (Proposta da Contratada), a qual foi devidamente homologada por este Tribunal, conforme quadro resumo abaixo:

Objeto	Medida	Quantidade estimada	Desconto ofertado sobre o valor inicialmente estimado (em % com duas casas decimais)	Valor total estimado
Fornecimento de passagens aéreas	Unidade	220	10,86%	R\$ 286.400,99

Subcláusula Primeira - Por tratar-se de mera estimativa de gastos, o valor acima não constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro de contratação, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TRE/RO, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Quarta - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral para o exercício financeiro de 2019, registrados no Programa de Trabalho n. 02122057020GP0011, e Elemento de Despesa 33.90.33-01, conforme Notas de Empenho sequenciais ns. 2019NE000211



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

até 2019NE000213, todas de 08/03/2019, a serem reforçadas durante a execução da contratação, caso necessário, e consoante detalhamento a seguir:

Descrição	Plano Interno
Passagens aéreas e terrestres aos servidores para reuniões, cursos, comissões, viagens aos cartórios.	AOSA PASSAG
Passagens aéreas e terrestres aos membros para encontros, reuniões, avaliações e outros.	AOSA PASMEN
Passagens aéreas para os servidores na realização de cursos.	ERO TREINA
Passagens aéreas para os servidores na realização de cursos.	ERO TREJE

DO PAGAMENTO
(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento do objeto do presente Contrato será efetuado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE/RO, sendo efetuadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira – Quanto ao faturamento, devem ser observadas as seguintes condições:

1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem aérea (inclusive bagagem despachada, quando houver), menos o percentual de desconto contratado, mais a taxa de embarque.
2. Os valores cobrados pelas companhias aéreas para reembolso, reemissão, e cancelamento de viagens serão repassados nas faturas mensais.
3. As faturas deverão ser tabuladas por centro de custo, nacional e internacional, por data de emissão, discriminando:

a) Número da requisição;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Nome do passageiro;
- c) Companhia aérea;
- d) Número do bilhete;
- e) Valor da tarifa;
- f) Bagagem despachada;
- g) Desconto aplicado; e
- h) Taxas aeroportuárias.

- 4. Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços.
- 5. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da fatura ao CONTRATANTE.
- 6. A CONTRATADA deverá apresentar as faturas para pagamento no 1º dia útil de cada mês.
- 7. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.

Subcláusula Segunda – Quanto ao valor da tarifa, deverão ser observadas as seguintes regras:

- 1. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais.
- 2. Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências para esse fim.
- 3. O valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens, deverá ser comprovado mediante transcrição da tela do sistema de marcação.
- 4. Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens constantes das faturas, para fins de comprovação, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
- 5. Quando for verificado pelo gestor do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante do solicitado, a diferença respectiva deverá ser ressarcida ao CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.
- 6. A CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, FAZENDA FEDERAL e JUSTIÇA DO TRABALHO.

Subcláusula Quarta - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

Subcláusula Quinta – Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

Subcláusula Sexta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Sétima - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Oitava - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Nona - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima - A compensação financeira prevista no parágrafo anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – No TRE-RO, a gestão deste contrato será exercida pelo titular da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, e a fiscalização desta contratação será de responsabilidade do titular da Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.
 - 2.1. Recusados os serviços prestados em desacordo com o Termo de Referência, com o Edital do certame, com o contrato, com a proposta da contratada e/ou com os termos da requisição, sujeitando a contratada às sanções previstas.
3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Contrato;
4. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de fornecimento que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
5. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
7. Solicitar a prestação dos serviços objeto deste contrato, nos termos pactuados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
9. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito;
10. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
11. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado; e
12. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.
13. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA e regras a serem observadas, as que seguem:

1. Promover, mediante solicitação e no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da solicitação, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE.
2. Findo o contrato, se existente crédito em favor do contratante que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional através de Guia de Recolhimento da União – GRU.
3. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo acima estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, será glosado em fatura a ser liquidada.
4. Multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada, poderá ser deduzida do valor do bilhete a ser reembolsado.
5. Observar as normas a que está sujeita a atividade de agenciamento de viagens, especialmente quanto ao fornecimento de passagens aéreas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Pagar às companhias aéreas, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os bilhetes emitidos, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.
7. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE/RO, no horário de 7h às 19h, considerando-se o fuso horário de Rondônia.
8. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato.
9. Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.
10. Enviar, no prazo máximo de duas horas, a contar da solicitação (telefônica ou por e-mail), cotação eletrônica à Seção de Diárias e Passagens - SEDIP, onde constem todas as tarifas disponíveis para o trecho e na data pretendidos.
11. Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno, no prazo máximo de quatro horas, a contar da solicitação, que conterá o valor das tarifas escolhidas preferencialmente segundo os critérios de menor preço/voos diretos.
12. Descumprido o prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pelo CONTRATANTE.
13. Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque.
14. Reservar assentos em aeronaves de companhias aéreas que disponibilizarem esse serviço, sempre que possível na forma requerida, bem como orientar o TRE-RO quanto ao melhor roteiro, horário, frequência de voos e tarifas promocionais.
15. Fornecer, quando solicitado pelo TRE-RO, documento expedido pela companhia aérea que ateste a efetiva utilização do bilhete de passagem, relacionando o nome do usuário, o número do voo, o local, a data e a hora do embarque.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação do CONTRATANTE.

17. Os bilhetes de passagens que não forem utilizados em decorrência de mudança de plano ou cancelamento das viagens autorizadas pelos gestores deste CONTRATO, emitidos, e pagos, serão reembolsados pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do e-mail de solicitação.

18. Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação do CONTRATANTE.

18.1. Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar.

18.2. Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor do TRE-RO, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

18.3. Quando a alteração se der para atender a necessidade do passageiro, este deverá arcar com os custos, não devendo ser emitida cobrança ao CONTRATANTE.

19. Assegurar o fornecimento do(s) menor(es) preço(s) em vigor, praticado(s) por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para o TRE/RO.

20. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

21. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRE/RO, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

22. Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto deste Edital.

23. Observar as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE.

24. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.
26. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.
27. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.
28. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, do TRE/RO.
29. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
30. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.
31. Manter atualizados seu endereço, telefones, e-mails e dados bancários para a efetivação de pagamentos.
32. Responsabilizar-se pelo fornecimento de passagens requisitadas por pessoas não credenciadas pelo TRE/RO para este fim.
33. Enviar na data de assinatura do contrato relação atualizada de empresas aéreas afiliadas e nome dos seus contatos com as quais mantenham ajuste, informando, imediatamente, as inclusões, alterações e as exclusões que ocorrerem durante a vigência do contrato.
34. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes, observado o que segue:
 - 34.1 Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35. Disponibilizar sistema de reserva *online*, dentre os disponíveis no mercado, com funções de controle operacional, financeiro e gerencial, de forma a auxiliar na fiscalização e execução do contrato.
36. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato.
37. Emitir nota fiscal mensalmente e apresentá-la ao CONTRATANTE, nos termos e prazos pactuados;
38. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
39. Cumprir todos os preços, prazos e condições estabelecidos neste instrumento e em seus anexos;
40. Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir total ou parcialmente os serviços objeto desta licitação, sem comunicação prévia e anuência expressa do CONTRATANTE;
41. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal ou gestor do contrato todas as determinações do CONTRATANTE, especialmente, quando se tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento, sob pena de aplicação de penalidades.
42. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/RO.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e neste instrumento.

Subcláusula Primeira - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto 5.450/2005, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

- a) Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos do edital;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Não manter a proposta;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Fizer declaração falsa; e
- g) Cometer fraude fiscal.

Subcláusula Segunda - Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) 10% (dez por cento) a cada hora de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 11.10 e 11.11, calculada sobre o valor médio da cotação solicitada, ou sobre o valor total do bilhete não entregue, até no máximo de 60% (sessenta por cento); e
- b) 100% (cem por cento) calculada sobre o valor total dos bilhetes solicitados e não entregues.

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quinta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

Subcláusula Sexta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sétima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Oitava - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Nona - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Primeira- O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Terceira – Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA NONA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e à serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão as Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil), além da Lei 10.520/2002, dos Decretos 5.450/2005 e 3555/2000, da Resolução TSE 23.534/2017, da Resolução ANAC 400/2016, e da Instrução Normativa 5/2017/MP e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos IV, VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, §2º, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** assim acordados, lavrou-se o presente termo, o qual foi lido e achado conforme, e segue assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 11 de março de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ALEXANDRE MENDONÇA VALENTE GONÇALVES Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/03/2019, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MENDONÇA VALENTE GONÇALVES, Usuário Externo**, em 11/03/2019, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 12/03/2019, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 12/03/2019, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato n. 02/2019/TRE-RO, assinado em 11/03/2019. Contratada: V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA, CNPJ n. 21.993.683/0001-03. Objeto: Prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do TRE-RO. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico nº 02/2019 e seus Anexos; Leis 8.666/1993, 8.078/1990, 10.406/2002 e 10.520/2002, nos Decretos 5.450/2005 e 3555/2000, e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato n. 02/2019/TRE-RO. Vigência: 12 (doze) meses, iniciando-se em 12 de maio de 2019, não podendo ser prorrogado. Valor Total estimado: R\$ 286.400,99, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento de Despesa: 33.90.33-01. Notas de Empenho ns. 2019NE000211 até 2019NE000213, de 08/03/2019. Homologação: Despacho n. 898/2019 - PRES/DG/GABDG, de 28/01/2019. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor ALEXANDRE MENDONÇA VALENTE GONÇALVES. Processo SEI: 0003286-94.2018.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 12/03/2019, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 08Mar19 NUMERO: 2019NE000211 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 21993683/0001-03 - V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA
ENDERECO : SHN QUADRA 2 BLOCO A SN LOJA 294 ASA NORTE
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70702-010
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE

G/COTEP NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉ
REA, CONF. PREGÃO ELETRÔNICO 2/2019, TERMO DE ADJUDICAÇÃO (0394520), PARECER
JURÍDICO (0395864), DESPACHOS 898 DA DG (0396184) E 910 DA SAOFC (0396471).

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339033 000000 AOSA PASSAG
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00032869420186228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 116.049,36
CENTO E DEZESSEIS MIL E QUARENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339033 SUBITEM: 01 -PASSAGENS PARA O PAIS

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 116.049,36
VALOR DO SEQ. : 116.049,36

FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESER
SAS, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, EMISSÃO, CANCELAMENTO, PARA TRECHOS NACIONAIS E IN
TERNACIONAIS, POR MEIO DE ATENDIMENTO REMOTO (E-MAIL E TELEFONE), VISANDO ATEN
DER AS NECESSIDADES DO TRE-RO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, TERMOS E CONDIÇÕES ES
TABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS NR 002/2019.
PLANO INTERNO "AOSA PASSAG".

T O T A L : 116.049,36

LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

irleda.maria@tre-
ro.jus.br

IRLEDA M SOARES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO

Assinado de forma digital por
irleda.maria@tre-ro.jus.br
DN: cn=irleda.maria@tre-ro.jus.br
Dados: 20190308132635-0400



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 08Mar19 NUMERO: 2019NE000212 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 21993683/0001-03 - V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA
ENDERECO : SHN QUADRA 2 BLOCO A SN LOJA 294 ASA NORTE
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70702-010
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

G/COTEP NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉ
REA, CONF. PREGÃO ELETRÔNICO 2/2019, TERMO DE ADJUDICAÇÃO (0394520), PARECER
JURÍDICO (0395864), DESPACHOS 898 DA DG (0396184) E 910 DA SAOFC (0396471).

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339033 000000 AOSA PASMEN
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00032869420186228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 10.000,00

DEZ MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339033 SUBITEM: 01 -PASSAGENS PARA O PAIS

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 10.000,00
VALOR DO SEQ.: 10.000,00

FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESER
SAS, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, EMISSÃO, CANCELAMENTO, PARA TRECHOS NACIONAIS E IN
TERNACIONAIS, POR MEIO DE ATENDIMENTO REMOTO (E-MAIL E TELEFONE), VISANDO ATEN
DER AS NECESSIDADES DO TRE-RO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, TERMOS E CONDIÇÕES ES
TABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS NR 002/2019.
PLANO INTERNO: "AOSA PASMEN".

T O T A L : 10.000,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468
Data: 2019.03.08 13:26:55 -04'00'

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

irleda.maria@tre-
ro.jus.br

Assinado de forma digital por
irleda.maria@tre-ro.jus.br
Data: 2019.03.08 13:26:55 -04'00'

IRLEDA M SOARES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 08Mar19 NUMERO: 2019NE000213 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 21993683/0001-03 - V & P SERVICOS DE VIAGENS LTDA
ENDERECO : SHN QUADRA 2 BLOCO A SN LOJA 294 ASA NORTE
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70702-010
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE

G/COTEP NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉ
REA, CONF. PREGÃO ELETRÔNICO 2/2019, TERMO DE ADJUDICAÇÃO (0394520), PARECER
JURÍDICO (0395864), DESPACHOS 898 DA DG (0396184) E 910 DA SAOFC (0396471).

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339033 000000 ERO TREINA
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00032869420186228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 10.000,00
DEZ MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339033 SUBITEM: 01 -PASSAGENS PARA O PAIS
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 10.000,00
VALOR DO SEQ.: 10.000,00

FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESER
SAS, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, EMISSÃO, CANCELAMENTO, PARA TRECHOS NACIONAIS E IN
TERNACIONAIS, POR MEIO DE ATENDIMENTO REMOTO (E-MAIL E TELEFONE), VISANDO ATEN
DER AS NECESSIDADES DO TRE-RO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, TERMOS E CONDIÇÕES ES
TABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS NR 002/2019.
PLANO INTERNO: "ERO TREINA".

T O T A L : 10.000,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

irleda.maria@tre-
ro.jus.br

IRLEDA M SOARES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO

Assinado de forma digital por
irleda.maria@tre-rojus.br
DN: cn=irleda.maria@tre-rojus.br
Dados: 2019.03.08 13:28:14 -0400



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 51, sexta-feira, 15 de março de 2019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n.º 01 ao Contrato n.º 13/2018, referente à prestação de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva nos imóveis da Justiça Eleitoral no Rio Grande do Sul, firmado entre o TRE-RS e a empresa Alfalog Engenharia e Logística Ltda. OBJETO: Prorrogação a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Jorge Luis Dall'Agnol e Sr. Maurivan Costa de Ávila. PAE: 355/2018. DATA DA ASSINATURA: 12-3-2019.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019 - UASG 70021

Nº Processo: 136/2019. Objeto: Aquisição de eletrodomésticos (cafeteira elétrica, forno micro-ondas, freezer, purificador de água com sem refrigeração, refrigerador, relógio de parede e telefone sem fio) e demais estipulações constantes no edital e anexos. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 15/03/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Avenida Padre Cacique, 96, Praia de Belas - Porto Alegre/RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70021-5-00011-2019. Entrega das Propostas: a partir de 15/03/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/03/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor Geral

(SISAGnet - 14/03/2019) 70021-00001-2019NE000059

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019 - UASG 70017

Nº Processo: 129.082/2015. Objeto: Contratação de serviço de acessos à Internet, com as tecnologias de acesso à Internet dedicado (solução 1) na capital e acesso à Internet banda larga com protocolo xDSL ou similar (solução 2) no Interior. Total de Itens Licitados: 27. Edital: 15/03/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 194, 1º Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70017-5-00011-2019. Entrega das Propostas: a partir de 15/03/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/03/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIS CESAR DANTAS GARCIA
Procurador

(SISAGnet - 14/03/2019) 70017-00001-2019NE000001

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 286.248/16. OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a 48ª ZE. LOCADORA: C. E. Valente EPP - CNPJ: 28.050.222/0001-96, representada por Carlos Emanuel da Costa Valente - CPF: 788.898.637-49. FUND. LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93. VALOR GLOBAL: R\$ 145.632,04 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e quatro centavos). VALOR MENSAL: R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais). DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: Bruno Cezar Andrade de Souza, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Carlos Santos de Oliveira, Presidente.

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2019.0.000005814-9. OBJETO: Inscrição de 03 servidores no curso "Curso Completo de Licitações e Contratos", com carga horária de 32 horas, em São Paulo. CONTRATADA: Vianna & Consultores Associados Ltda. CNPJ: 58.170.994/0001-74. FUND. LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$10.665,00 (dez mil, seiscentos e sessenta e cinco reais). DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Bruno Cezar Andrade de Souza, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Carlos Santos de Oliveira, Presidente.

PROCESSO Nº 2019.0.000005278-7. OBJETO: Inscrição de 02 servidoras no curso "Auditoria Financeira Aplicada ao Setor Público", com carga horária de 24 horas, em Brasília. CONTRATADA: Instituto Superior de Ensino, Estudo e Pesquisa em Ciências Sociais Ltda. CNPJ: 26.997.528/0001-00. FUND. LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 7.960,00 (sete mil, novecentos e sessenta reais). DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Bruno Cezar Andrade de Souza, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Carlos Santos de Oliveira, Presidente.

ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 131.852/2018. OBJETO: Contratação de palestra sobre "Gestão Participativa", in company. CONTRATADA: Henrique Dantas de Santana ME. CNPJ: 19.887.061/0001-40. FUND. LEGAL: Art. 25, inciso II combinado com o art. 13, inciso VI, da Lei 8.666/93. VALOR: R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Bruno Cezar Andrade de Souza, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Desembargador Carlos Santos de Oliveira, Presidente.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 02/2019/TRE-RO, de 11/03/19. Contratada: V & P SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA, CNPJ 21.993.683/0001-03. Objeto: Serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas. Fundamento: Pregão TRE-RO 2/19, Lei 8.666/1993, 8.078/1990 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis. Vigência: 12 meses, a contar de 12/05/19. Valor Total estimado: R\$ 286.400,99, Programa de Trabalho: 02122057020DG0011. Elemento de Despesa: 339033-01. Empenho 2019NE000211, até 2019NE000213, de 08/03/2019. Homologação: Despacho 898/DG, de 07/03/19. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e, pela Contratada, ALEXANDRE MENDONÇA VALENTE GONÇALVES. Processo 0003286-94.2018.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

AVISO DE PENALIDADE

A Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina resolve aplicar à empresa Douglas Roman EIRELI, CNPJ n.º 29.337.264/0001-17, as penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), com base no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no subitem 11.2, "f", do Edital do Pregão n.º 002/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação. As penalidades são resultado da apuração de irregularidades ocorridas no referido Pregão, mediante o PAE n.º 3.512/2019.

Florianópolis, 6 de março de 2019.
DESEMBARGADOR RICARDO ROESLER
Presidente



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.tre-rs.jus.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019031503143

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO

Nº Processo: Concorrência Federal 02/2014 - CONTRATADA: BELTIS COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFORMÁTICA EIRELI - OBJETO: prorrogar a vigência do contrato por 12 (doze) meses, para o período de 1º/05/19 a 30/04/2020, atualizar os valores e consignar o reajuste de preços no período de 12/12/2017 a 11/12/2018, bem como o reajuste devido a partir de 12/12/2018. Em consequência, alteram-se o caput da cláusula V, o caput, as alíneas "a" e "b" e o parágrafo 2º da cláusula VI, bem como atualiza-se a cláusula VII - DATA DE ASSINATURA: 08/03/2019 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e o Senhor Daniel Carlos da Silva, pela contratada.

EXTRATO DE 11º TERMO ADITIVO

Nº Processo: PEF 96/2014 - CONTRATADA: Jotabê Serviços Técnicos Especializados Ltda. - OBJETO: formalizar a repactuação de preços dos postos de ascensoristas e de encarregados, a partir de 1º/10/2018 e o reequilíbrio econômico-financeiro do RAT em decorrência da alteração da alíquota do FAP para o ano de 2019, a partir de 07/01/2019, e do aumento da tarifa de transporte público no município de São Paulo, a partir de 13/01/2019. Em consequência, alteram-se as alíneas "a" e "b" e o parágrafo 2º da cláusula VI, reproduz-se o caput da cláusula V, e ainda atualiza-se a cláusula VII - DATA DE ASSINATURA: 28/02/2019 - SIGNATÁRIOS: Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Material do Tribunal Regional de São Paulo, e a Senhora Magda Nora Gomez de Vega, pela Contratada.

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO

Nº Processo: PEF 13/2015 - CONTRATADA: Jotabê Serviços Técnicos Especializados Ltda. - OBJETO: formalizar a prorrogação contratual, para o período de 02/06/2019 a 1º/06/2020, e o reequilíbrio econômico-financeiro do RAT em decorrência da alteração da alíquota do FAP para o ano de 2019, a partir de 07/01/2019, e do aumento da tarifa de transporte público no município de São Paulo, a partir de 13/01/2019. Como consequência, alteram-se o caput da cláusula V, a alínea "a" e "b" e o § 2º da cláusula VI, e ainda, atualizada a cláusula VII - DATA DE ASSINATURA: 26/02/2019 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e a Senhora Magda Nora Gomez de Vega, pela contratada.

EXTRATO DE 9º TERMO ADITIVO

Nº Processo: DLF 38/2017 - CONTRATADA: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. - OBJETO: consignar a revisão de preços dos postos, tendo em vista a alteração do FAP 2019, concedida a partir de 01/01/2019, e a majoração da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo, concedida a partir de 07/01/2019. Em consequência, reproduz-se o caput da cláusula V e inserem-se os Incisos V e VI, e altera-se o parágrafo 2º da cláusula VI - DATA DE ASSINATURA: 21/02/2019 - SIGNATÁRIOS: Senhor Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e a Senhora Treize Silva Dornelles, pela contratada.

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO

Nº Processo: PEF 28/2017 - CONTRATADA: MRO SERVIÇOS EIRELI EPP - OBJETO: alterar os preços dos postos contratados: em virtude da redução do FAP 2019, aplicável a partir de 1º/01/2019, e em razão do reequilíbrio de preços em decorrência do aumento das tarifas de ônibus e metrô, aplicável a partir de 07/02/2019. Em consequência, reproduz-se o caput da cláusula V, acrescem-se os Incisos VI e VII e atualiza-se o parágrafo 2º da cláusula VI - DATA DE ASSINATURA: 11/03/2019 - SIGNATÁRIOS: Senhor Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e o Senhor Eduardo Calabrizzi Naval, pela Contratada.

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO

Nº Processo: PEF 70/2018 - CONTRATADA: Redisl Informática Ltda. - OBJETO: consignar a instalação de 03 (três) novos pontos de rede para dados e a ativação de 02 (dois) pontos a partir de 01/03/2019. Por consequência, alteram-se os parágrafos 2º e 4º da cláusula VI, reproduz-se a cláusula V e atualiza-se a cláusula VIII - DATA DE ASSINATURA: 21/02/2019 - SIGNATÁRIOS: Senhor Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e o Senhor Marcelo Ribeiro Goffetti, pela contratada.

EXTRATO DE 8º TERMO ADITIVO

Nº Processo: PEF 83/2015 - CONTRATADA: SUPRICLEAN SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.- EPP - OBJETO: consignar o reequilíbrio econômico-financeiro dos valores dos postos de servente, limpador de vidros e supervisor, em virtude da elevação da alíquota SAT 2019, com efeitos financeiros a partir de 02 de janeiro de 2019, e em face do aumento da tarifa de transporte público no município de São Paulo, concedida a partir de 7 de janeiro de 2019. Em consequência, reproduzem-se os enunciados das cláusulas V e VI, e alteram-se o inciso I e o parágrafo 2º da cláusula VI - DATA DE ASSINATURA: 21/02/2019 - SIGNATÁRIOS: Alessandro Dintof, Secretário de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e o Senhor Fabrício Camargo Guimarães, pela contratada.

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO

Nº Processo: PEF 4/2018 - CONTRATADA: VENEZA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI - EPP - OBJETO: consignar o novo endereço da contratada e a revisão de preços dos postos, em virtude do aumento do FAP 2019, concedida a partir de 03/01/2019, e em virtude do aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, concedida a partir de 07/01/2019. Em consequência, altera-se o preâmbulo, reproduz-se o caput da cláusula V e acrescentam-se os Incisos I a III, bem como altera-se o parágrafo 2º da cláusula VI, e atualiza-se a cláusula VII - DATA DE ASSINATURA: 11/03/2019 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e a Senhora Elisabete Mancera, pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

EXTRATO DE CONTRATO

SEI Nº 0022142-68.2018. Contrato nº 03/2019. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Contratado: BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA, CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07. Objeto: Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes eletrônicos ou passagens, em âmbito nacional e, eventualmente internacional. Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura: 14/03/2019. Valor Total: R\$ 825.000,00. Fundamentação: Pregão Eletrônico nº 03/2019. Assinam, pelo Contratante: José Machado dos Santos, Diretor-Geral, e Teodomiro Fernandes Amorim, Secretário de Administração e Orçamento, e pela Contratada: Michelle Lemos Trindade Sousa.

